

Flávia Lima

Dezesseis mil toneladas de entulho foi o que sobrou da implosão do prédio de 12 andares na beira do Lago Paranoá. O volume é quatro vezes maior que a média de resíduo de construção civil produzido diariamente no Distrito Federal.

Ontem, depois da implosão, a área foi cercada. A limpeza é de responsabilidade do Sistema de Limpeza Urbana, órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

De acordo com a diretora do SLU, Fátima C6, serão necessários mais de 15 dias para que todo o resíduo seja retirado da área onde o prédio foi construído. Os 150 quilos de explosivos não são suficientes para desmontar todo o material de construção.

– A previsão é de que nos 15 dias iniciais seja realizado o desmonte do material. Para que ele possa ser transportado para outro lugar – disse Fátima.

Segundo a diretora do SLU, depois do período de desmonte, são duas as opções para onde todo esse resíduo de construção civil poderá ser levado: um lote no Guará ou uma área na Ceilândia. Em seguida, os resíduos serão separados em categorias e entregues para empresas de reciclagem.

Segundo a diretora do SLU, o material, depois de reciclado, poderá ser utilizado na produção de tijolos, construções de meio-fios, tubulações de água pluvial, base e sub-base de pavimentação de asfalto.



O Serviço de Limpeza Urbana levará mais de 15 dias para retirar os restos do esqueleto do hotel implodido

Momentos antes da implosão, o secretário de Obras, Márcio Machado, disse que o concreto do prédio, que agora está no chão, se transformará em asfalto. Segundo ele, os resíduos de concreto serão encaminhados para a usina de reciclagem da Terracap, onde serão utilizados na base de pavimentação do asfalto.

– O material é muito rico. O concreto, depois de triturado, poderá ser usado de várias formas. Mas vamos direcioná-lo para pavimentação de vias – explicou.

O problema, para Fátima C6, é que, na verdade, não há uma política de reciclagem já estabelecida. A política de gestão dos resíduos não chegou a

Diretora do SLU lamenta que o DF não tenha uma política de reciclagem

ser estabelecida no DF. Para ela, esta é a oportunidade de o governo definir uma política séria de gestão do lixo da construção civil, e colocar em prática a Resolução nº 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de julho de 2002, segundo a qual é necessário implementar diretrizes para a redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos das construções.

– Temos de trabalhar para que isso aconteça – disse Fátima.

O primeiro passo é fechar parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon) e com a Associação de Empresas Coletoras de Entulhos de Obras e Similares (Ascoles). Depois, definir uma área para onde levar o resíduo da construção civil, atualmente jogado no Lixão da Estrutural. E, aí sim, estabelecer uma política de reciclagem.

De acordo com o presidente da Comissão do Meio Ambiente do Sinduscon e da Federação das Indústrias do DF (Fibra), Dario Clementino, a resolução do Conama estabeleceu que todos os Estados e o Distrito Fe-

deral precisam regulamentar uma política de gestão dos resíduos das construções. No DF, foi formada uma comissão para discutir como serão tratados esses resíduos. Clementino acredita que a resolução estará regulamentada ainda este ano no DF. E a área para onde os resíduos poderão ser levados será definida.

– Não adianta eu separar os resíduos conforme a resolução do Conama e depois um caminhão jogar tudo junto no lixão – disse Clementino, para quem o lixo é um grande poluidor se não for bem tratado. – Mas se for bem cuidado, o lixo produz riqueza e trabalho, além de virar matéria-prima para diversos produtos.